

ATA DA 066ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Eni Voltolini - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Renato Hinnig - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Srs. deputados, temos vários oradores inscritos para usar a tribuna, mas devido à ausência de alguns parlamentares tendo em vista a realização de audiências públicas e atendimentos em gabinete, suspenderemos a sessão até as 15h e a retomaremos no horário reservado aos Partidos Políticos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - (Faz soar a campainha). Está reaberta a sessão.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Eni Voltolini, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Boa-tarde, sr. presidente, srs. deputados. Venho a esta tribuna nesta tarde para acrescentar ao debate desta Casa um tema relativo às matrizes energéticas que o nosso estado está a desenvolver.

Nós ouvimos na semana passada e na semana retrasada alguns depoimentos de pessoas que participaram de um evento nos Estados Unidos e que trouxeram para Santa Catarina a perspectiva de, em curto prazo, empreendimentos para a utilização do nosso carvão natural e, a partir dele, investirmos na produção de fertilizantes nitrogenados.

Sabidamente o estado de Santa Catarina, deputado presidente, é um local abençoado pela quantidade de rios e cursos d'água, mas sua matriz energética tem uma dependência muito estreita da parte hidroelétrica. Na verdade, 86% da sua produção de energia está vinculada à parte hidroelétrica, complementada pelas térmicas que existem especialmente na região sul.

Na sexta-feira teremos um fato interessante: uma usina incorporada à instalação da nova sede da Eletrosul traz o aproveitamento efetivo, através de 4,2 mil painéis solares, da radiação solar e conversão em energia elétrica numa unidade da Eletrosul em Florianópolis.

Já na região de Água Doce os parques eólicos são também uma figura muito presente. Ou seja, o estado de Santa Catarina se preocupa em buscar alternativas para que não se crie uma dependência única e exclusiva do fornecimento d'água. E para nós, que estamos presenciando em estados vizinhos a escassez da água, essa, sem dúvida nenhuma, é uma medida adequada também.

Mas quero reportar-me, hoje, a outra matriz energética que o estado de Santa Catarina descortinou a partir de 1994. Refiro-me à utilização do gás. E nesse aspecto lembro-me bem que, quando se tentava fazer a figura de uma das plataformas de exploração de petróleo, o que sempre vinha à mente eram aquelas torres queimando gás.

É verdade que em nosso país até pouco tempo pegava-se esse item tão valioso e o queimava. Veio depois uma restrição colocada pela própria Petrobras e pelo Conselho Nacional de Petróleo exigindo que houvesse um aproveitamento mais presente do gás natural.

E hoje é uma obrigatoriedade a qualquer empreendimento e Santa Catarina se especializou também no aproveitamento dessa matriz energética, com um pouco de desconfiança ao início. Mas aos poucos vários empreendimentos, especialmente as cerâmicas, que se não tivessem esse item dentro da sua planta industrial certamente já teriam sido engolidas pela competição global, pela perda de qualidade, foram adaptando-se. Hoje, Santa Catarina tem 62 municípios atendidos pelo gás natural num contrato com a Gasbol, com um gasoduto que passa pelo estado do Mato Grosso e vai até Rio Grande do Sul.

Hoje Santa Catarina tem um contrato de dois milhões de m³/dia para consumo. Mas qual é o problema? O problema é que nós estamos com 95% deste contrato já tomado, ou seja, a disponibilidade real e efetiva para Santa Catarina se extingue a qualquer momento e todo o processo de ampliação de novos empreendimentos, de novas utilizações, está comprometido por isso.

E no meio desta questão, srs. e sras. deputadas, a uma questão que me parece relevante. Em 2007 a Petrobras desenvolveu estudos demonstrando que em três lugares do Brasil haveria pontos potenciais para a instalação de usinas: um aqui em Santa Catarina, outro na Bahia e outro no Rio Grande do Sul. Por uma decisão política esta usina se deslocou em 2009 para a Bahia. E nós aqui em Santa Catarina estamos assistindo a um processo de extinção do nosso fornecimento do Gasbol, pois representantes da SCGás dizem que já não conseguem atender novas demandas se elas vierem em quantidade maiores, e essa matriz energética limpa, natural, ambientalmente adequada, sofrendo restrições. Eu diria, com toda segurança, que se este Parlamento de Santa Catarina não se unir efetivamente a iniciativas como a da Fiesc, que já

no ano passado tratou desse assunto, corremos o risco de interrompermos esse fornecimento dessa matriz energética provinda do gás e a perdermos para uma usina que está sendo desenhada para o Rio Grande do Sul, para onde o Poder Executivo e o Legislativo, juntamente com entidades empresariais, resolveram levar este componente como uma questão estratégica. Não é apenas mais uma análise feita por este ou aquele segmento, o estado do Rio Grande do Sul está entendendo que isso é vital para a economia do estado.

E eu gostaria, nesta tarde, em nome da Bancada Progressista, pedir encarecidamente a todos os srs. parlamentares que entendam a situação que estamos, não percamos de vista essa importante matriz energética e saibamos que estudos da Petrobras já apontaram a região norte de Santa Catarina como tecnicamente viável para a instalação de uma usina regasificadora, mas precisamos estar juntos, coesos para que possamos trazer esse empreendimento para o nosso estado. Essa é uma atitude que o Fórum Parlamentar Catarinense e a Assembleia Legislativa, mais uma vez, precisam estar presentes em nome do desenvolvimento econômico do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, estimados catarinenses que acompanham esta sessão.

Quero repercutir, nesta tribuna, a realização da Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador, uma vez que aconteceram as conferências macrorregionais da saúde do trabalhador e agora chegou o momento da conferência estadual, sendo que, posteriormente, em novembro, teremos a conferência nacional.

A conferência é um espaço de diálogo para discutir os problemas e apresentar sugestões para implementar políticas e ações no âmbito da saúde do trabalhador.

Esta conferência estadual a que me refiro acontecerá nesta quinta e sexta-feira, dia 26 e 27, respectivamente, aqui nesta capital do estado de Santa Catarina.

Como presidente da Frente Parlamentar da Saúde do Trabalhador aqui da Assembleia Legislativa tenho buscado chamar a atenção da população e também das autoridades para números importantes relacionados a este tema, porque o número de acidentes e doenças ocupacionais em Santa Catarina é preocupante e o papel do poder público, das empresas e dos trabalhadores, é debater as políticas necessárias para diminuir estes índices.

Hoje, no estado de Santa Catarina, a cada mil pessoas, 7,6 são acometidas por processo produtivo e Santa Catarina apresenta 48% mais doenças do trabalho do que a média nacional. Esta posição do estado não nos orgulha, por isso precisamos de ações efetivas para diminuir os casos de adoecimento. A conferência será, com certeza, um aumento de diálogo entre gestores e trabalhadores para que se possa construir uma política estadual de saúde do trabalhador em que a prevenção seja uma prioridade.

Também será um grande momento para debater os assuntos e encaminhamentos retirados das conferências macrorregionais, bem como de preparação para a conferência nacional que vai acontecer, como disse, em novembro.

As etapas macrorregionais tiveram por objetivo analisar as prioridades constantes no documento orientador e elaborar propostas para os municípios - macrorregiões, estados e União - na implementação da política nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora, considerando os processos produtivos no território e a situação de saúde dos trabalhadores formais e informais, rurais ou urbanos, para então emitir um relatório da etapa macrorregional, juntamente com a lista

dos delegados da macrorregional eleitos para esta etapa estadual a que me referi.

As etapas estaduais que estão acontecendo agora têm por objetivo analisar as prioridades constantes no documento orientador e os relatórios das conferências macrorregionais, elaborar a proposta para o estado e União e encaminhar a comissão organizadora nacional.

Já a etapa nacional, que vai acontecer, como disse, em novembro, terá por objetivo analisar o consolidado das propostas aprovadas nas conferências estaduais e distritais para a implementação da política nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora.

Por isso, queria fazer este destaque, porque temos acompanhado desde o início a preparação destas conferências de saúde do trabalhador. Inclusive, o meu gabinete serviu de sede para inúmeras reuniões de equipes de trabalho de pessoas que estavam articulando isso também pelo estado afora.

Tive a oportunidade de participar, inclusive, de algumas dessas conferências macrorregionais, e nessa quinta e sexta-feira teremos a etapa estadual, que antecede a etapa nacional.

E é uma preocupação, realmente, a questão da saúde do trabalhador. Tenho dito que deve haver um esforço conjunto entre empresários, trabalhadores, entidades sindicais - tanto patronais quanto de trabalhadores -, do poder público e da iniciativa privada para que possamos diminuir o número de acidentes de trabalho e fazer com que as pessoas possam trabalhar, cada vez mais, com segurança e qualidade.

Portanto, faço esse registro, sr. presidente, e desejo êxito à Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Neodi Saretta, em nome do Partido dos Trabalhadores.

Está encerrado o horário dos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 320, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 321 e 322 de autoria do deputado Neodi Saretta; 323, 324, 325 e 326, de autoria do deputado Eni Voltolini.

Esta Presidência comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 608 e 609, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 612 e 614, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 613, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem o deputado Eni Voltolini.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Quero pedir autorização para subscrever esse último requerimento. Sou natural de Corupá e seria uma honra assinar esse requerimento dirigido ao município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Sua solicitação está acatada.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário, ainda, o Requerimento n. 607, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem ao ministro da Saúde e ao secretário de Atenção à Saúde, pedindo informações acerca do procedimento adotado para a elaboração do Guia Alimentar para a População Brasileira.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 610, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem ao presidente do Badesc, pedindo informações

acerca do valor de recursos liberados por setor e por município entre 1973 e 2013, bem como sobre operações de crédito, empréstimos, financiamentos e evolução do patrimônio líquido, contratados no referido período.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 611, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem ao presidente do Badesc, pedindo informações acerca do motivo da operação de crédito do Programa Badesc Cidades II haver sido interrompido por tempo indeterminado, bem como sobre a dotação orçamentária e os municípios contemplados.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 64, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviada ao bispo Pedro Flori Ramos, manifestando aplausos aos serviços na área da assistência social à família e à sociedade, prestados pela Igreja Batista Palavra Viva, e cumprimentando pela passagem dos 25 anos de fundação dessa instituição.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 65, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao diretor-presidente da Anvisa, apelando pela revisão da Resolução da Diretoria Colegiada n. 18/2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 66, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviada ao ministro da Saúde e ao secretário de Atenção à Saúde, apelando para que o Guia Alimentar para a População Brasileira tenha sua publicação adiada a fim de revisar seu conteúdo em virtude das propostas encaminhadas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 43, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações relativas ao número de instituições especializadas no atendimento às mulheres vítimas de violência, bem como demais dados pertinentes ao assunto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 44, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de estado da

Infraestrutura, sobre o projeto de revitalização da obra de pavimentação da SC-283.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 45, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando informações sobre a obra de pavimentação da SC-157.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 46, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando informações sobre a obra de revitalização da SC-477.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Finda a Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o que me traz na tribuna é para informar ao povo de Santa Catarina e aos demais parlamentares desta

Casa sobre as obras que estão acontecendo, principalmente, no médio vale do Itajaí, que é a duplicação da BR-470.

Gostaria de pedir aos críticos, aos pessimistas, que somem-se àquelas pessoas que gostam de trabalhar e gostam que as obras aconteçam, que, ao encontrarem algum problema, ajudem a solucioná-los participando das reuniões que têm acontecido mensalmente para um *check list* ou, semanalmente, no DNIT, para destravar os problemas que possam vir a acontecer, principalmente, desses primeiros quatro lotes determinados para a duplicação da BR-470, que é uma rodovia importante para o estado.

A BR-470 vem lá do oeste de Santa Catarina e margeia todo o alto vale do Itajaí, todo o médio vale, chegando a foz do rio Itajaí, proporcionando o seu término na cidade de Navegantes, no aeroporto de Navegantes, que também traz toda a produção do oeste de Santa Catarina, da economia catarinense, a sua exportação e também para a venda dos seus produtos, através do nosso porto de Navegantes e do porto de Itajaí.

Uma obra realmente complexa a qual muitas pessoas têm se somado para ajudar, mas, se não puder ajudar, pelo menos, não critiquem. As críticas são bem-vindas, mas elas têm que ser construtivas. Acho que é uma obra importante para toda a população, não somente para nós, que moramos ali no vale do Itajaí, mas para Santa Catarina e para o Brasil, porque também passa por lá, além de pessoas, carros de passeio e toda a nossa produção exportada.

E na última segunda-feira participamos da assinatura da ordem de serviço do último lote que é o maior percurso de duplicação dessa obra, que chamamos de Lote 2, que vai do município de Ilhota até o município de Gaspar, a maior extensão para a duplicação, cerca de 26Km. Na oportunidade, estivemos reunidos na Câmara de Vereadores de Ilhota, juntamente com o prefeito, sr. Daniel, o prefeito de Gaspar, sr. Pedro Celso, o deputado federal Décio Lima, esta deputada, o deputado estadual Volnei Morastoni, o superintendente do

DNIT, o engenheiro, bem como também vereadores da cidade de Blumenau, de Gaspar, de Ilhota, lideranças empresariais, a sociedade civil organizada, num belo ato. Acho que todos foram convidados, mas poucos participaram dessa grandiosa festa. E esses que criticam, esses pessimistas, deveriam ajudar, participar e solucionar os problemas que temos enfrentado.

Quero salientar que a empresa ganhadora do Lote 2 já está trabalhando naquele lote, já começou a captura das espécies, já começou a fazer a medição, já está trabalhando na obra, bem como também no Lote 1, no Lote 3 e no Lote 4. A extensão dessa rodovia que vem lá do oeste, mais de 70Km, é uma rodovia complicadíssima, sinuosa, que margeia muitas cidades, desde Campos Novos até Navegantes. As pessoas construíram nas margens das rodovias, as pessoas têm comércio nas margens e nós estamos conseguindo, em todas as reuniões, solucionar problemas que temos enfrentado na obra, que é uma obra que a população tem esperado há muito tempo.

Mas eu não posso deixar de fazer um breve histórico do que é a BR-470.

A BR-470 é uma rodovia datada de 1970-1980 e o estado, através de seu departamento de engenharia, ficou responsável por essa obra. É uma rodovia estratégica para o estado de Santa Catarina e a maior parte dela foi desenvolvida nas décadas de 70 e 80 pelo antigo Departamento de Estradas e Rodagem de Santa Catarina - DER.

E a Câmara dos Deputados tem-se debruçado muito sobre o histórico dessa rodovia, que já foi muito problemática para nós, sendo que a segunda parte concluída, do município de Gaspar até Ilhota, terminou seu asfaltamento em 1995, há quase 20 anos, e ela também teve um problema. Na época, se não me falha a memória, deputado Eni Voltolini, era o governador Esperidião Amin, que estadualizou aquela rodovia. Foi feito um projeto por uma empresa chamada Ecovale, porque a rodovia estava estadualizada.

E a referida rodovia voltou para a União no ano de 2001, porque o estado não conseguia dar

continuidade ao projeto de duplicação e nem de recuperação. E no ano de 2003, quando o presidente Lula assumiu a Presidência da República, uma das preocupações era a duplicação da BR-470. Mas a Ecovale, empresa que fez todo esse projeto para a duplicação, entrou com uma ação judicial, de 2003 a 2005, se não me falha a memória, ou 2006, houve uma briga grandiosa judicial que acompanhamos diuturnamente.

Quando foi sanado esse processo, trabalhamos para viabilizar recursos para a duplicação da rodovia e, graças a Deus, a BR-470 recebeu recursos assegurados pelo Programa de Aceleração do Crescimento na ordem de R\$ 1,5 bilhão para a duplicação desses quatro lotes.

É tão importante que os srs. deputados e as sras. deputadas, que o público catarinense tome conhecimento dessas informações para dizer que a rodovia está agora com os recursos assegurados para sua duplicação e estão trabalhando as empresas ganhadoras dos Lotes 3 e 4, de Gaspar até Indaial. No Lote 2, na última segunda-feira outra empresa já começou seus trabalhos, e no Lote 1, de Navegantes até Ilhota, outra empresa. Então, são três empresas que irão ter a responsabilidade da duplicação.

É uma obra linda, senhoras e senhores, público catarinense, maravilhosa, que compreende marginais, ciclovias, pontes, viadutos etc. É uma obra de arte. E iremos ter a oportunidade de, através desta Casa e do DNIT, mostrá-la à população catarinense. E tenho certeza de que será duplicada e que vai, sim, assegurar vida à distribuição e à venda da nossa economia vinda do oeste de Santa Catarina. Portanto, é um sonho antigo, uma reivindicação antiga, mas uma realidade nesses quatro trechos.

Mas, por ser uma obra tão complexa, ela também depende de ações do governo do estado de Santa Catarina, srs. deputados, e essa é a minha preocupação desde o início. Por isso, as pessoas que criticam deveriam estar junto conosco para tentar solucionar os problemas.

Um dos grandes problemas é a tubulação do gás que existe em uma grande parte da margem da BR-470, mas a SCGás tem trabalhado, juntamente com o DNIT, para solucionar este problema e transferir a tubulação de gás, que é uma obra grandiosa e que o estado de Santa Catarina precisa também dispensar recursos para a realocação do gás.

A outra problemática que também está adiantada seria a questão das desapropriações, como falei anteriormente, há muitas pessoas que moram, que tem o seu comércio nas margens da rodovia da BR-470, mas isso é muito pequeno diante, senhoras e senhores, da grandiosidade dessa obra, tão importante para o estado de Santa Catarina.

A situação é preocupante, mas tenho certeza de que a palavra da presidenta, que garantiu ao estado de Santa Catarina a primeira parte da duplicação da BR-470, será cumprida. Isso é uma realidade. Para quem não viu ou não quer ver, as máquinas estão trabalhando.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Srs. deputados, não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, de concessão de Título de Cidadão Catarinense ao professor Caspar Erich Stemmer, *in memoriam*.

Está encerrada a sessão.